



CERAN - Companhia Energética Rio das Antas S.A.

**Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2026
e relatório de revisão**



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da CERAN - Companhia Energética Rio das Antas S.A., em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

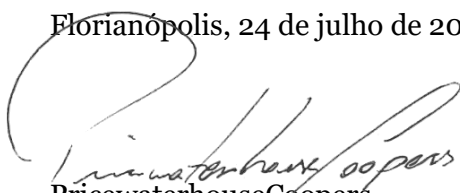


CERAN - Companhia Energética Rio das Antas S.A.

Ênfase - Saldos e transações entre partes relacionadas

Chamamos atenção para as Notas 1 e 8 às demonstrações financeiras intermediárias, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras intermediárias devem ser analisadas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Florianópolis, 24 de julho de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Gabriel Perussolo
Contador CRC 1PR057146/O-0

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIARIAS	7
1 CONTEXTO OPERACIONAL	7
2 BASE DE PREPARAÇÃO	10
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	11
5 CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12
6 CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS	12
7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	12
8 PARTES RELACIONADAS	13
9 IMOBILIZADO	14
10 INTANGÍVEL	15
11 FORNECEDORES	16
12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	16
13 USO DO BEM PÚBLICO - UBP	17
14 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	18
15 PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS	19
16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
17 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21
18 CUSTO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	21
19 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	22
20 RESULTADO FINANCEIRO	22
21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22
22 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	23
23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	26
24 COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO	27
25 EVENTOS SUBSEQUENTES	27

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	30/06/2026	31/12/2025	Passivo	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e aplicações financeiras	5	135.854	121.684	Fornecedores	11	8.943	12.714
Contas a receber de concessionárias	6	17.816	19.238	Empréstimos e financiamentos	12	8.974	4.536
Impostos e contribuições a recuperar	7	5.098	9.135	Salários, provisões e contribuições sociais		1.563	1.401
Despesas pagas antecipadamente		2.166	3.359	Imposto de renda e contribuição social	14.1	8.645	5.329
Outros créditos		<u>2.621</u>	<u>6.385</u>	Impostos a recolher	14.2	5.390	2.512
				Dividendos	16.3	239.615	239.615
				Encargos setoriais		1.778	2.725
				Uso do bem público (UBP)	13	19.803	19.803
				Outras obrigações	1	<u>33.302</u>	<u>32.366</u>
Total do ativo circulante		<u>163.555</u>	<u>159.801</u>	Total do passivo circulante		<u>328.013</u>	<u>321.001</u>
Outros créditos		3.990	4.166	Impostos diferidos	20	62.472	60.263
Imobilizado	9	633.381	599.410	Empréstimos e financiamentos	12	74.656	79.809
Intangível	10	<u>96.244</u>	<u>99.856</u>	Encargos Setoriais		4.397	4.336
				Uso do bem público (UBP)	13	134.468	132.536
				Provisão de contingências	15	10	1.958
				Outras contas a pagar		<u>2.683</u>	<u>2.590</u>
Total do ativo não circulante		<u>733.615</u>	<u>703.432</u>	Total do passivo não circulante		<u>278.686</u>	<u>281.492</u>
				Patrimônio Líquido	16		
				Capital social		283.808	283.808
				Lucro/(Prejuízo) acumulado		<u>6.663</u>	<u>(23.068)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>290.471</u>	<u>260.740</u>
Total do ativo		<u>897.170</u>	<u>863.233</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>897.170</u>	<u>863.233</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando apresentada de outra forma)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Receita operacional líquida	17	80.753	83.963	41.858	43.355
Custos dos serviços de energia elétrica	18	(63.862)	(75.944)	(34.473)	(40.713)
Resultado bruto		16.891	8.019	7.385	2.642
Despesas operacionais		1.830	(100)	(51)	(40)
Outras receitas e despesas	19	31.190	(4)	31.191	(4)
Resultado antes do resultado financeiro		49.911	7.915	38.525	2.598
Resultado financeiro	20				
Receitas financeiras		9.548	3.813	4.627	2.709
Despesas financeiras		(15.427)	(14.312)	(10.197)	(5.862)
Resultado financeiro líquido		(5.879)	(10.499)	(5.570)	(3.153)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		44.032	(2.584)	32.955	(555)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	21	(12.092)	(185)	(8.832)	(165)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	21	(2.209)	1.422	(2.026)	732
Resultado do período		29.731	(1.347)	22.097	12
Quantidade de ações do capital social no fim do período		283.808	283.808	283.808	283.808
Resultado por ação atribuível aos acionistas da companhia durante o período – em R\$					
Lucro (Prejuízo) básico por ação		0,10	(0,00)	0,08	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Resultado do período	29.731	(1.347)	22.097	12
Resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	<u>29.731</u>	<u>(1.347)</u>	<u>22.097</u>	<u>12</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Lucro / (Prejuízo) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>283.808</u>	<u>(38.715)</u>	<u>245.093</u>
Resultado do período	-	(1.359)	(1.359)
Saldos em 30 de junho de 2025	<u>283.808</u>	<u>(40.074)</u>	<u>243.734</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	<u>283.808</u>	<u>(23.068)</u>	<u>260.740</u>
Resultado do período	-	29.731	29.731
Saldos em 30 de junho de 2026	<u>283.808</u>	<u>6.663</u>	<u>290.471</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	44.032	(2.584)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	24.291	22.590
Juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos	2.295	1.216
Juros e variação monetária com UBP	11.849	12.579
Provisão para litígios	(1.867)	71
Atualização de Selic de PeD	(88)	31
	<u>80.512</u>	<u>33.903</u>
Variações em :		
Contas a receber de concessionárias	1.422	(9.020)
Despesas pagas antecipadamente	1.193	1.268
Impostos a recuperar	2.296	513
Outros créditos	4.028	8.457
Fornecedores	(3.771)	(1.283)
Encargos Setoriais	(886)	1.038
Salários, provisões e contribuições sociais	162	74
Outras obrigações	948	(95)
Impostos e contribuições sociais a recolher	<u>2.878</u>	<u>(865)</u>
Caixa gerado pelas operações	<u>88.782</u>	<u>33.990</u>
Pagamento de juros sobre empréstimos	(3.010)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(7.035)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>78.737</u>	<u>33.990</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	<u>(54.650)</u>	<u>(15.082)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(54.650)</u>	<u>(15.082)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	-	75.500
Pagamento de UBP	<u>(9.917)</u>	<u>(9.487)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(9.917)</u>	<u>66.013</u>
Aumento de caixa e aplicações financeiras no período	14.170	84.921
Caixa e aplicações financeiras no início do período	121.684	18.472
Caixa e aplicações financeiras no final do período	<u>135.854</u>	<u>103.393</u>
Aumento de caixa e aplicações financeiras no período	<u>14.170</u>	<u>84.921</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIARIAS *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Companhia

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 11 de janeiro de 2001, que tem por objeto a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos nas usinas Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho ("Usinas") e a exploração de atividades correlatas e auxiliares à implantação e exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações. Observadas as normas regulamentares aplicáveis. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Lauro Linhares, 2010, Torre B, Sala 101, Edifício Comercial São Francisco, Trindade, CEP 88036-002, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

As Usinas localizam-se nos municípios de Bento Gonçalves, Cotiporã, Veranópolis, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Antônio Prado, Pinto Bandeira e Flores da Cunha, todos no Rio Grande do Sul, com uma potência instalada total de 360MW.

Contrato de concessão

A Companhia detém a concessão para exploração do potencial energético das Usinas até 15 de março de 2036, e nos termos da Lei 9.427 de 26 de dezembro de 1996 podendo ser prorrogada por mais 35 anos a depender da aprovação do órgão regulador, conforme Contrato de Concessão nº 8, de 15 de março de 2001, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21, como resultado o seu prazo de concessão foi estendido em 1.338, 1.313 e 1.331 dias, o novo prazo de encerramento de concessão será 13/11/2039 para 14 de Julho, 19/10/2039 para Castro Alves e 06/11/2039 para Monte Claro.

Operação

A Usina Hidrelétrica ("UHE") Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e em 29 de novembro de 2006 com a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008 com a segunda unidade geradora e em 06 de junho de 2008 com a terceira unidade geradora. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e em 12 de março de 2009 com a segunda unidade geradora. A energia assegurada da UHE Monte Claro é de 56 MW médios, da UHE Castro Alves é de 62 MW médios e da UHE 14 de Julho é de 48 MW médios.

Direitos de compra de energia

As vendas de energia são compartilhadas entre os acionistas da Companhia, de acordo com sua participação no capital social, ou a terceiros por eles indicados através de contratos de fornecimento de energia elétrica (PPAs), Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEAL e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR.

Em 15 de fevereiro de 2022 a Aneel por meio do Despacho 426, aprovou a cessão dos contratos CCEAR's da CPFL Paulista e CPFL Piratinga para as acionistas CPFL Geração de Energia S.A e Statkraft Energias Renováveis S.A. A transferência destes contratos foi o marco inicial para a operacionalização do "Preço de Referência", o preço de venda é calculado de modo a satisfazer

todas as obrigações financeiras, tributárias, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e operacionais, aprovado em Conselho de Administração da Companhia.

Efeito liminar

Através do Despacho nº 2.333, de 27/08/2019, a ANEEL acatou os termos da Liminar decorrente de Ação Proposta que solicitava a aplicação dos efeitos dos novos valores de Garantia Física de energia da Usina CERAN, decorrentes da Portaria MME nº 178, de 03/05/2017: (i) alteração do preço necessário ao reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro dos contratos com as distribuidoras CPFL Paulista e Piratininga, com aprovação dos Termos Aditivos submetidos e (ii) Ajuste do Termo de Repactuação do Risco Hidrológico, com redução do montante repactuado. Foi concedido efeito retroativo desde janeiro de 2018 e determinado que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizasse as contabilizações desde o período mencionado, ocasionando entradas de caixa para Companhia.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui registrado em outras obrigações no passivo circulante os adiantamentos efetuados pela CCEE atualizados pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M no montante de R\$ 30.892 (R\$ 29.956 em 31 de dezembro de 2025), sendo o total da conta Outras Obrigações no passivo circulante de R\$ 33.302 (R\$ 32.366 em 31 de dezembro de 2025).

Contrato de concessão

O Contrato de Concessão, assinado em 15 de março de 2001, determina que a energia elétrica produzida no empreendimento seja utilizada ou comercializada pela Companhia, com vigência por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O Contrato de Concessão determina que seja pago, a título de uso do bem público - UBP (concessão onerosa), do 7º ao 35º ano de concessão, o valor anual original na data do contrato é de R\$ 3.200, o qual são atualizados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. O valor atualizado em 30 de junho de 2026 é de R\$ 19.803 (R\$ 18.455 em 31 de dezembro de 2024). Os valores são pagos mensalmente, desde abril de 2007. Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21, como resultado o seu prazo de concessão foi estendido em 1.338, 1.313 e 1.331 dias e o novo prazo de encerramento de concessão será 13/11/2039, 19/10/2039 e 06/11/2039 para 14 de Julho, Castro Alves e Monte Claro, respectivamente. Durante o prazo de extensão, serão mantidas as condições originais do contrato de concessão e o pagamento do uso do bem público - UBP será efetuado nas mesmas condições.

Repactuação do risco hidrológico - Extensão do prazo de concessão

Em 08 de setembro de 2020 foi sancionada a Lei do GSF (Lei nº 14.052/20) e em 1º de dezembro de 2020 foi publicada a resolução normativa ANEEL nº 895/20, as quais estabelecem novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, sendo que a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ocorreu por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

Objetivo desses normativos foi compensar as usinas hidrelétricas pelos riscos hidrológicos de geração de energia, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Dessa forma, a Companhia efetuou uma análise dos impactos desses normativos em suas demonstrações financeiras e o montante total reconhecido no intangível como Direito de Extensão de Concessão é de R\$96.864, equivalente a 44 meses de extensão. Dessa forma, considerando a extensão, o prazo de concessão se encerrará em 06/11/2039 para Monte Claro, 19/10/2039 para Castro Alves e 13/11/2039 para 14 de Julho.

Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O Ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 - Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE assim como, com base nas regras de cálculo constantes na resolução normativa ANEEL nº 895/20 e prazos de extensão divulgados na resolução homologatória 2.932/21.

Repactuação do uso do bem público por antecipação dos pagamentos.

Em 11 de junho de 2026, a Companhia assinou a repactuação do Uso do Bem Público (UBP), nos termos da Lei nº 15.235/2025 e da regulamentação aplicável emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), mediante a celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. A publicação do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão ocorreu no Diário Oficial da União em 16 de julho de 2026.

A referida repactuação prevê a substituição das obrigações vincendas de UBP por nova obrigação financeira junto à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), calculada com base no saldo devedor apurado e divulgado pela ANEEL, com o objetivo de antecipar recursos destinados à modicidade tarifária do setor elétrico.

Entre as medidas introduzidas, destaca-se a possibilidade de repactuação das parcelas vincendas de UBP das usinas hidrelétricas elegíveis, mediante celebração de termo aditivo ao contrato de concessão e atendimento às condições estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Nos termos do instrumento contratual, a efetivação da repactuação está condicionada à liquidação financeira da obrigação no prazo de até 30 dias após a publicação no Diário Oficial da União. Nesse contexto, a data limite para a liquidação é 16 de julho de 2026, sendo que, em caso de inadimplemento, ocorre o restabelecimento automático das condições originalmente previstas no contrato de concessão.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia não havia efetuado a liquidação financeira da obrigação repactuada e encontrava-se em processo de aprovação junto aos acionistas para a realização do pagamento.

Dessa forma, a Administração avaliou que, naquela data, não estavam atendidos os requisitos para a baixa do passivo financeiro originalmente reconhecido, nos termos do CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros, uma vez que: (i) a extinção da obrigação permanecia condicionada à

ocorrência de evento futuro e incerto, representado pela liquidação financeira até 16 de julho de 2026. Até a data base de 30 de junho de 2026, a liquidação financeira não havia sido realizada; (ii) havia previsão contratual de restabelecimento automático da obrigação original em caso de inadimplemento;.

Consequentemente, a Companhia manteve, em 30 de junho de 2026, o reconhecimento integral da obrigação original de UBP, não tendo reconhecido, naquela data, quaisquer efeitos contábeis decorrentes da repactuação. Assim, os efeitos contábeis da repactuação serão reconhecidos somente quando ocorrer a efetiva liquidação financeira da obrigação e forem satisfeitas as condições previstas no termo de adesão.

1.1 Capital circulante líquido

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 164.458 (R\$ 161.200 em 31 de dezembro de 2025).

Ressalta-se que o ativo circulante é representado, predominantemente, pelo contas a receber, cujo prazo de recebimento varia entre 30 e 45 dias. Por outro lado, a principal rubrica do passivo circulante corresponde aos dividendos a pagar, no montante de R\$ 239.615, que não possuem vencimento definido e serão liquidados conforme a disponibilidade de caixa da Companhia.

Cabe destacar que a CERAN adota a política de preço de referência; assim, caso haja necessidade adicional de caixa, há reflexo imediato no aumento do preço praticado.

O capital circulante líquido negativo apresentado é de natureza momentânea e tende a ser revertido naturalmente por meio do caixa gerado pelas operações da Companhia.

2 Base de preparação

2.1 Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à elaboração de informações intermediárias, pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Financeiras Intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias foi autorizada pela Administração em 24 de julho de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis de maneira consistente na preparação de suas Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho 2026 e naquelas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e das Demonstrações Financeiras Intermediárias de 30 de junho 2026, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas. Essas Demonstrações Financeiras Intermediárias, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Os efeitos das revisões das estimativas são reconhecidos prospectivamente.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer futuros afetados.

Estimativas e julgamentos da Companhia:

- Imobilizado: definição das vidas úteis e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Definição da taxa de desconto do ajuste a valor presente do saldo do Uso do Bem Público UBP.

5 Caixa e Aplicações Financeiras

	30/06/2026	31/12/2025
Contas Bancárias à Vista	1.181	762
Aplicações Financeiras	<u>134.673</u>	<u>120.922</u>
	<u>135.854</u>	<u>121.684</u>

Os Certificados de Depósito Bancário registrados em equivalentes de caixa são remunerados às taxas que variam entre 92% e 104% (92% a 104% em 31 de dezembro de 2025) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

6 Contas a receber de Concessionárias

	30/06/2026	31/12/2025
Companhia Piratininga de Força e Luz	2.579	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE -D	406	467
CPFL Geração	-	1.919
Statkraft	198	148
CCEE	12	1.466
Outros Clientes (Edital de Leilão nº. 002/2005-ANEEL e contratações no ambiente livre)	<u>14.621</u>	<u>15.238</u>
	<u>17.816</u>	<u>19.238</u>

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos e não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não há títulos provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 de acordo com as políticas da Companhia.

7 Impostos e contribuições a recuperar

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda	2.303	4.940
Contribuição social	707	1.779
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.344	1.776
PIS	102	114
Cofins	471	526
Outros	<u>171</u>	<u>-</u>
	<u>5.098</u>	<u>9.135</u>

8 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos em 30 de junho de 2026, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro abaixo por respectivos tipos de operações.

	Ativo		Passivo		Resultado		
	Contas a receber de Concessionárias		Contas a pagar de fornecedores		Venda de energia	Despesas	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2026	31/03/2025
Empresas do Grupo CPFL (*)	2.577	1.921	7	-	13.976	7	-
Statkraft	198	148	-	-	1.074	-	-
Central de Serviços Compartilhados S.A. (**)	-	-	228	218	-	1.210	1.325
Total	2.775	2.069	235	218	15.050	1.217	1.325

(*) Companhia Paulista de Força e Luz; Companhia Piratininga de Força e Luz; CPFL Comercialização Brasil S.A.; CPFL Geração; Rio Grande Energia, os contratos têm vigência de acordo com o prazo de concessão.

(**) Prestação de serviços contábeis, financeiros e administrativos.

A seguir as informações dos contratos de fornecimento de energia celebrados com partes relacionadas:

Cliente	Tipo de Contrato	Vigência	Qtd de Energia contratada anual (MWh) ¹	Tarifa vigente em 30/06/2026	Índice de atualização
CPFL Geração	PPA	16/02/2022 à 31/12/2027	287.916,362	41,12	IPCA
StatKraft	PPA	16/02/2022 à 31/12/2027	22.147,931	41,12	IPCA
CPFL Geração	PPA	01/01/2025 à 31/12/2027	25.024,416	148,18	IPCA
StatKraft	PPA	01/01/2025 à 31/12/2027	1.924,953	148,18	IPCA
CPFL JAGUARI (LESTE PAULISTA)	CCEAR	01/01/2013 à 31/12/2039	2,446	347,60	IPCA
CPFL PAULISTA	CCEAR	01/01/2013 à 31/12/2039	6,471	350,66	IPCA
CPFL PIRATININGA	CCEAR	01/01/2013 à 31/12/2039	42,398	341,99	IPCA
CPFL JAGUARI (STA CRUZ D)	CCEAR	01/01/2013 à 31/12/2039	477,565	347,60	IPCA
RGE Sul (Antiga AES)	CCEAR	01/01/2010 à 31/12/2039	5.247,433	345,45	IPCA
RGE Sul (Antiga Rio Grande Energia)	CCEAR	01/01/2010 à 31/12/2039	119,053	345,45	IPCA
CEEE	CCEAR	01/01/2010 à 31/12/2039	5.744,915	342,30	IPCA

[1] As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

8.1 Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal-chave da administração no período findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 153 (R\$ 135 em 30 de junho de 2025).

8.1.1 Prestação de serviço de partes relacionadas

Em 1º de abril de 2016 foi assinado contrato com a CSC Serviços Compartilhados S.A. para a execução de serviços financeiros, contábeis, gestão das condicionantes ambientais, da documentação, de compras, recursos humanos e de programa de pesquisa e desenvolvimento. No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia registrou custos com as mencionadas prestações de serviços no montante de R\$ 1.210 (R\$ 1.325 em 30 de junho de 2025).

9 Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2024	11.307	203.188	146.053	174.084	259	75	62.702	597.668
Adições	-	-	-	-	-	-	41.391	41.391
Transferência para serviço	-	28.347	775	21.997	-	-	(51.119)	-
Baixas	-	-	-	(541)	-	-	-	(541)
Depreciação	(765)	(14.395)	(9.980)	(13.896)	(68)	(4)	-	(39.108)
Em 31 de dezembro de 2025	10.542	217.140	136.848	181.644	191	71	52.974	599.410
Adições	-	-	-	-	-	-	54.650	54.650
Transferência para serviço	-	7.989	1.847	4.184	-	-	(14.020)	-
Depreciação	(381)	(7.864)	(5.008)	(7.393)	(29)	(4)	-	(20.679)
Em 30 de junho de 2026	10.161	217.265	133.687	178.435	162	67	93.604	633.381
Taxa de depreciação - % a.a.	2,90%	3,56%	3,85%	5,50%	14,00%	6,25%		
Em 30 de junho de 2026								
Custo	26.127	499.891	348.436	438.036	568	939	93.604	1.407.601
Depreciação acumulada	(15.966)	(282.626)	(214.749)	(259.601)	(406)	(872)	-	(774.220)
Em 30 de junho de 2026	10.161	217.265	133.687	178.435	162	67	93.604	633.381

O valor de imobilizado em curso em 30 de junho de 2026, refere-se, em sua grande maioria, ao projeto de modernização da usina de Monte Claro, além de outros projetos das usinas de Castro Alves e 14 de Julho.

Conforme artigos nº. 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações são vinculados aos serviços de energia elétrica, e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº. 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicadores de *impairment*, no mínimo, anualmente, sendo que para 30 de junho de 2026, a administração não identificou a existência de indicadores que pudessem indicar a desvalorização.

10 Intangível

	Uso do Bem Público	Direito de extensão de concessão REH 2932/21 (*)	Licenças de Uso de Softwares e Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>29.001</u>	<u>77.707</u>	<u>392</u>	<u>107.100</u>
Amortização	<u>(1.945)</u>	<u>(5.238)</u>	<u>(61)</u>	<u>(7.244)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>27.056</u>	<u>72.469</u>	<u>331</u>	<u>99.856</u>
Amortização	<u>(972)</u>	<u>(2.619)</u>	<u>(21)</u>	<u>(3.612)</u>
Em 30 de junho de 2026	<u>26.084</u>	<u>69.850</u>	<u>310</u>	<u>96.244</u>
Taxa de amortização - % a.a.	3,9%	5,4%	6,3%	
Em 30 de junho de 2026				
Custo	58.811	96.864	1.830	157.505
Amortização acumulada	<u>(32.727)</u>	<u>(27.014)</u>	<u>(1.520)</u>	<u>(61.261)</u>
Em 30 de junho de 2026	<u>26.084</u>	<u>69.850</u>	<u>310</u>	<u>96.244</u>

- (*) A Companhia possui registrado o montante de R\$96.864 como direito de extensão de concessão oriundo a repactuação do risco hidrológico dos contratos de energia celebrados do Ambiente de Contratação Livre - ACL e Ambiente de Contratação Regulado - ACR, o valor registrado refere-se a um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em novembro de 2039, para mais detalhes vide nota explicativa nº 1.

Os valores referentes ao Uso do Bem Público - UBP referem-se ao registro da obrigação mencionada nas notas explicativas 1 e 12 e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em novembro de 2039. O montante foi apurado no início do período de concessão considerando a obrigação até o final da concessão em contrapartida do passivo circulante e não circulante, complementado em novembro de 2021 no montante de R\$14.906 em função da extensão dos prazos de concessão conforme descrito na nota explicativa nº 1,

descontada a valor presente pela taxa média de captação dos financiamentos. Os valores da amortização de UBP estão contabilizados no resultado em custos dos serviços de energia elétrica.

O ativo intangível é analisado em conjunto com o ativo imobilizado para verificar a existência de indicadores de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 30 de junho de 2026, a administração não identificou a existência de indicadores que pudessem indicar a desvalorização.

11 Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

	30/06/2026	31/12/2025
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.306	2.290
Materiais e Serviços	3.736	8.232
Compra de Energia Elétrica	2.901	2.192
	<u>8.943</u>	<u>12.714</u>

12 Empréstimos e financiamentos

Em 27 de dezembro de 2024, a Companhia assinou um contrato de captação de empréstimo com o banco BNDES no montante de R\$ 81.250, esse empréstimo visa financiar os impactos ocorridos pelas cheias em Ceran, ocorrida no mês de maio de 2024. O empréstimo possui as seguintes características:

Montante: R\$ 65.000
Modalidade: Investimento e reconstrução
Prazo: 10 anos
Carência: 2 anos
Custo: 3,04% a.a
Garantia: Aval dos acionistas
CCVEs (ACRs) 300% do valor da prestação, não havendo necessidade de constituição de conta reserva.

Montante: R\$ 16.250
Modalidade: Investimento e reconstrução
Prazo: 5 anos
Carência: 1 ano
Custo: TLP + 2,02% a.a
Garantia: Aval dos acionistas
CCVEs (ACRs) 300% do valor da prestação, não havendo necessidade de constituição de conta reserva.

Montante Total: R\$ 81.250
Custo Médio Ponderado: de 5,23% a.a

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Financiamento - BNDES	8.974	4.536
Não circulante		
Financiamento - BNDES	<u>74.656</u>	<u>79.809</u>
	<u>83.630</u>	<u>84.345</u>

A seguir são apresentadas as movimentações dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>-</u>
Captação	81.250
Juros incorridos	<u>3.095</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>84.345</u>
Juros incorridos	2.295
Pagamento	<u>(3.010)</u>
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>83.630</u>

13 Uso do bem público - UBP

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	<u>152.339</u>	<u>156.059</u>
Encargos IGPM	4.843	2.641
Ajuste valor presente	7.006	13.132
Amortização	<u>(9.917)</u>	<u>(19.493)</u>
Saldo no final do exercício	<u>154.271</u>	<u>152.339</u>
Circulante	19.803	19.803
Não circulante	134.468	132.536
	<u>154.271</u>	<u>152.339</u>

Em 30 de junho de 2026 as parcelas do uso do bem público apresentam os seguintes vencimentos:

	30/06/2026
2026	9.902
2027	19.803
2028	19.803
2029	19.803
2030 a 2039	200.383
Ajuste valor presente	(115.423)
	<u>154.271</u>

Compromisso com o Poder Concedente - Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2039, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em fevereiro de cada ano (valor anual de R\$ 3.200 na base outubro/2000). O cálculo do valor foi efetuado considerando-se a variação do IGP-M, e o ajuste a valor presente foi efetuado com base na taxa de desconto de 9,64%. Em novembro de 2021, foi registrado um complemento no montante de R\$14.906 em função da extensão dos prazos de concessão conforme descrito na nota explicativa nº 1.

14 Impostos e contribuições a recolher

14.1 Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	7.009	4.531
Contribuição Social	<u>1.636</u>	<u>798</u>
	<u>8.645</u>	<u>5.329</u>

14.2 Impostos a recolher

	30/06/2026	31/12/2025
PIS	824	258
COFINS	3.813	1.204
Tributos Federais Retidos na Fonte	599	480
Tributos Estaduais Retidos na Fonte	16	473
Tributos Municipais Retidos na Fonte	<u>138</u>	<u>97</u>
	<u>5.390</u>	<u>2.512</u>

15 Provisão de contingências

A Companhia possui o montante de R\$ 10 de provisão para contingências classificadas como prováveis em 30 de junho de 2026. (R\$ 1.958 em 31 de dezembro de 2025).

	Ambiental	Trabalhista	Regulatório	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-
Adição	346	9	1.603	1.958
Saldo em 31 de dezembro de 2025	346	9	1.603	1.958
Pagamento	(81)	-	-	(81)
Atualização	-	1	-	1
Reversão	(265)	-	(1.603)	(1.868)
Saldo em 30 de junho de 2026	-	10	-	10

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Tributária (a)	86.394	86.984
Ambientais (b)	465	104
Regulatórios	60	60
	<u>86.919</u>	<u>87.148</u>

- (a) Tributária: Trata-se de 12 (doze) processos de compensação (PER/DCOMP) com utilização de crédito decorrente de pagamento a maior realizado a título de PIS/COFINS, referente ao período de apuração de setembro de 2005. Discute-se se as receitas decorrentes de contratos de fornecimento de energia elétrica firmados anteriormente a 31/10/2013 devem ser submetidas ao regime cumulativo ou não cumulativo da COFINS, para fins de validação dos créditos utilizados nas declarações de compensação (PER/DCOMP). Os demais 12 (doze) processos encontram-se em fase de diligências fiscais determinadas pelo CARF. Destaca-se que a Companhia obteve êxito em outros 23 processos semelhantes.
- (b) Ambiental: Trata-se de autuações Ambientais feitas pela FEPAM pelos descumprimentos de condicionantes ambientais, discute-se as autuações na esfera administrativa, defesa administrativa apresentada em 25/08/2023.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

Em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 283.808, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias e nominativas, e sua composição é como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
CPFL Geração de Energia S.A.(a)	78.000.000	78.000.000
CEEE G Companhia Estadual de Geração de Energia	36.000.000	36.000.000
Statkraft Energias Renováveis S.A.	6.000.000	6.000.000
Total Ações Ordinárias	120.000.000	120.000.000

- (a) A CPFL Geração de Energia S.A é a acionista que detém maior participação societária da Companhia com 65% de participação e sua acionista majoritária em última instância é a State Grid Corporation of China.

16.2 Reservas de lucros

Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Retenção

A reserva de retenção de lucros é formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais.

16.3 Dividendos

Aos acionistas será assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	254.218
Reversão dividendos mínimos obrigatórios 2022 AGOE 28/12/2023	(14.603)
Saldo em 30 de junho de 2026	239.615

17 Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida é como segue:

	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Receita operacional bruta				
Receita de Operações com Energia Elétrica	93.742	97.604	48.393	50.465
Total receita bruta	<u>93.742</u>	<u>97.604</u>	<u>48.393</u>	<u>50.465</u>
Deduções				
(-) PIS	(1.547)	(1.502)	(799)	(759)
(-) COFINS	(7.124)	(6.919)	(3.678)	(3.496)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(808)	(840)	(419)	(434)
Taxa de Fiscalização	(801)	(776)	(403)	(388)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(2.709)	(3.604)	(1.236)	(2.033)
Total deduções	<u>(12.989)</u>	<u>(13.641)</u>	<u>(6.535)</u>	<u>(7.110)</u>
Total receita líquida	<u>80.753</u>	<u>83.963</u>	<u>41.858</u>	<u>43.355</u>
Receita de operações de energia elétrica em MWh¹	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Energia comercializada	652.576	651.847	324.772	326.711

[1] As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

18 Custo dos serviços de energia elétrica

	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Pessoal	(6.128)	(5.917)	(2.934)	(2.921)
Custo energia comprada	(4.277)	(13.339)	(4.073)	(7.876)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(13.111)	(13.755)	(6.558)	(6.973)
Materiais	(677)	(2.178)	(407)	(1.437)
Serviços de Terceiros	(7.012)	(9.630)	(4.020)	(5.843)
Seguros	(1.209)	(1.276)	(597)	(637)
Repactuação do risco hidrológico	(8.084)	(7.997)	(4.065)	(4.020)
Provisão para baixa de imobilizado		(71)		9.420
Depreciação	(20.679)	(18.968)	(10.328)	(17.157)
Amortização	(3.612)	(3.622)	(1.803)	(4.319)
Crédito de PIS e COFINS sobre depreciação	1.523	-	761	-
Gastos Diversos	(596)	809	(449)	1.050
	<u>(63.862)</u>	<u>(75.944)</u>	<u>(34.473)</u>	<u>(40.713)</u>
Energia Comprada para revenda em MWh¹	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Energia Adquirida através de leilão no ambiente regulado	3.600	40.014	2.851	33.154

[1] As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

19 Outras receitas e despesas

	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Reembolso de seguros *	34.281	-	34.281	-
Outras Receitas	80	(4)	81	(4)
Outras despesas	-	-	-	-
Pis e Cofins sobre outras receitas	(3.171)	-	(3.171)	-
	<u>31.190</u>	<u>(4)</u>	<u>31.191</u>	<u>(4)</u>

* A Companhia recebeu, em junho de 2026, o montante de R\$ 34.281 mil referente ao reembolso de seguro relacionado às cheias ocorridas nos meses de maio e junho de 2024.

20 Resultado Financeiro

	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Receitas financeiras				
Receita com Aplicações Financeiras	7.702	2.953	3.671	1.896
Outras Receitas Financeiras	<u>1.846</u>	<u>860</u>	<u>956</u>	<u>813</u>
Total receitas financeiras	<u>9.548</u>	<u>3.813</u>	<u>4.627</u>	<u>2.709</u>
Despesas financeiras				
Juros BNDES	(2.295)	(1.216)	(1.215)	(872)
Encargos sobre Uso do Bem Público - UBP	(11.849)	(12.579)	(7.279)	(5.169)
Multa e juros	(74)	(177)	(62)	(6)
Atualização Selic P&D	(38)	(31)	(25)	(17)
Atualização de liminar (a)	(1.169)	-	(1.615)	-
Outras Despesas Financeiras	<u>(2)</u>	<u>(309)</u>	<u>(1)</u>	<u>202</u>
Total despesas financeiras	<u>(15.427)</u>	<u>(14.312)</u>	<u>(10.197)</u>	<u>(5.862)</u>
	<u>(5.879)</u>	<u>(10.499)</u>	<u>(5.570)</u>	<u>(3.153)</u>

- (a) O referido montante refere-se à atualização pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M dos adiantamentos efetuados pela CCEE relacionados relativos aos efeitos de uma liminar relacionada a alterações das garantias físicas das Usinas, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

21 Imposto de renda e contribuição social

O saldo é composto por diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
	Base de Cálculo	30/06/2026	31/12/2025	Base de Cálculo	30/06/2026	31/12/2025
Diferenças Temporárias						
Provisão para perda ao valor recuperável	-	-	955	-	-	-
Direito de extensão de concessão (Lei 14.052/20)	-	-	-	69.849	23.749	24.639
Depreciação acelerada acumulada	-	-	-	101.463	34.497	36.652
Uso do Bem Público (*)	-	-	-	40.075	13.626	13.825
Atualização Liminar	13.430	4.567	3.877	-	-	-
Total Diferenças Temporárias	13.430	4.567	4.832	211.387	71.872	75.116
Prejuízo fiscal	14.214	4.833	10.021	-	-	-
Total bruto	27.644	9.400	14.853	211.387	71.872	75.116
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	-	(9.400)	(14.853)	-	(9.400)	(14.853)
Total	27.644	-	-	211.387	62.472	60.263

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	44.032	(2.584)	32.955	(555)
Alíquota nominal (IR de 25% e CS de 9%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais	(14.971)	879	(11.205)	189
Efeito dos impostos sobre:				
Amortização de GSF	(890)	(890)	(445)	(445)
Depreciação fiscal	(2.154)	(576)	(1.020)	(360)
AVP Amortização UBP	(198)	359	(679)	-
Provisões e Liminar	319	-	363	-
Prejuízo fiscal	5.510	(33)	4.111	332
Outras adições e exclusões	292	76	43	119
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(12.092)	(185)	(8.832)	(165)
Corrente	(12.092)	(185)	(8.832)	(165)
Diferido	(2.209)	1.422	(2.026)	732
Alíquota efetiva	27%	7%	27%	30%

22 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos.

22.1 Fatores de risco

22.1.1 Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e os contratos de debêntures são de longo prazo contratados com instituições financeiras, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações financeiras (nota 5)	134.673	120.922
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	(83.630)	(84.345)
Uso do Bem Público (UBP) (nota 13)	(154.271)	(152.339)

(ii) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras, debêntures e Uso do Bem Público (UBP) sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2026 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 30 de junho de 2026) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2026. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2026.

	Exposição R\$	Risco	%	Provável	Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)
Aplicações financeiras (nota 5)	134.673	Baixa CDI	12%	16.161	28.281	36.362
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	(83.630)	TJLP	9,13%	(7.635)	(13.362)	(17.180)
Uso do Bem Público (UBP) (nota 13)	(154.271)	Alta IGPM	3,86%	(5.955)	(10.421)	(13.398)

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos de taxa de juros relacionadas ao instrumento financeiro (Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D atualizados pela SELIC) portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

(iii) Risco de preço no fornecimento de energia

A Companhia está exposta aos efeitos de oscilação de preços no fornecimento de energia em função de variáveis de mercado, tais como níveis de águas nos reservatórios, demanda por geração de termelétricas, sazonalização, dentre outros. Com isso, a Companhia pode recorrer ao mercado de energia de curto prazo para suprir as necessidades.

22.1.2 Risco de Crédito

Conforme descrito na Nota 6, a Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações financeiras foi:

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	135.854	121.684
Contas a receber de concessionárias (nota 6)	17.816	19.238
	<u>153.670</u>	<u>140.922</u>

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois todos os seus clientes estão localizados no Brasil. Também não possui risco de crédito por tipo de contraparte, pois os principais clientes são acionistas e suas atividades são reguladas. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

22.1.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (nota 11)	8.943	8.943	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	83.630	4.487	4.487	12.810	38.430	23.416
Uso do Bem Público (UBP) (nota 13)	154.271	9.902	9.901	19.803	39.606	75.059
	<u>246.844</u>	<u>23.332</u>	<u>14.388</u>	<u>32.613</u>	<u>78.036</u>	<u>98.475</u>

22.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

	30/06/2026	31/12/2025
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 12)	83.630	84.345
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>(135.854)</u>	<u>(121.684)</u>
Excedente de caixa	<u>(52.224)</u>	<u>(37.339)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>290.471</u>	<u>260.740</u>
Total do capital	<u>238.247</u>	<u>223.401</u>
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	0%	0%

23 Instrumentos financeiros por categoria

23.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

		30/06/2026			31/12/2025		
Ativos financeiros mensurados a valor justo	Nota	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	5	134.673	134.673		120.922	120.922	
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	5	1.181	1.181		762	762	
Contas a receber de Concessionárias	6	<u>17.816</u>	<u>17.816</u>		<u>19.238</u>	<u>19.238</u>	
		<u>153.670</u>	<u>153.670</u>		<u>140.922</u>	<u>140.922</u>	
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Custo amortizado							
Outros Passivos Financeiros							
Fornecedores	11	8.943	8.943		12.714	12.714	
Empréstimos e financiamentos	12	83.630	83.630		84.345	84.345	
Uso do bem público – UBP	13	154.271	154.271		152.339	152.339	
Dividendos	16.3	<u>239.615</u>	<u>239.615</u>		<u>239.615</u>	<u>239.615</u>	
		<u>486.459</u>	<u>486.459</u>		<u>489.013</u>	<u>489.013</u>	

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das Demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

24 Compromissos de longo prazo

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para Venda de Energia e demais Contratos relevantes estão demonstrados a seguir:

	2026	2027	2028	2029	2030 em diante
Venda de Energia	189.742	178.363	157.210	153.296	1.721.244
Saldos em 30/06/2026	189.742	178.363	157.210	153.296	1.721.244

	2026	2027	2028	2029	2030 em diante
TUST - Tarifa de Uso da Transmissão	(27.135)	(28.301)	(29.281)	(30.335)	(368.915)
Repactuação do risco Hidrológico	(16.684)	(17.534)	(5.768)	(5.958)	(62.378)
Saldos em 30/06/2026	(43.819)	(45.835)	(35.049)	(36.293)	(431.293)

As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

25 Eventos subsequentes

Repactuação da extensão do Uso do bem público

Em 16 de julho de 2026, a Companhia efetuou o pagamento da repactuação do Uso do Bem Público (UBP) no montante de R\$ 87.794, conforme condições estabelecidas pela ANEEL e pelo respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Com a liquidação financeira e o cumprimento das condições contratuais estabelecidas, a Administração concluiu pela extinção da obrigação original e pelo reconhecimento de nova obrigação financeira, em conformidade com o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros.

Com a efetivação da liquidação financeira e o atendimento das condições previstas no instrumento de adesão, a operação resultou em um ganho contábil estimado de R\$ 23.342, correspondente à diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o valor da nova obrigação reconhecida na data da transação.

A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos impactos contábeis e fiscais definitivos da operação, incluindo a mensuração final dos efeitos decorrentes da repactuação, os quais poderão resultar em ajustes aos valores ora estimados.

Considerando a complexidade da operação e nos termos do CPC 24 (IAS 10) – Eventos Subsequentes, a Administração avaliou que tais eventos caracterizam-se como eventos subsequentes não ajustáveis às demonstrações financeiras de 30 de junho de 2026, sendo, portanto, divulgados exclusivamente para fins informativos. Dessa forma, eventuais ajustes decorrentes das análises em andamento serão reconhecidos nas demonstrações financeiras do 3º trimestre.